

Direitos laborais, poder local e estado democrático em risco

28-Jul-2006

Â CONFERÃŠNCIA DO STAL DEBATE IMPACTOS DA REFORMA DA ADMINISTRAÃ‡ÃO PÃ‡BLICA

As alteraçães que o governo de JosÃ© SÃ©crates estÃ¡ a impor na AdministraÃ§Ã£o PÃ‡blica tÃªm profundas consequÃªncias ao nÃvel dos direitos dos trabalhadores e pÃ³em Â«em causa aspectos fundamentais do poder local e do Estado democrÃ¡ticoÂ», declarou o presidente do STAL, Francisco Braz, no encerramento da conferÃªncia promovida pelo Sindicato, ontem, em Almada.

Â

A iniciativa, subordinada ao tema Â«A reforma da AdministraÃ§Ã£o PÃ‡blica, o desfiguramento do Estado e os impactos no Poder Local e RegionalÂ», analisou a polÃ­tica do actual Governo para a AdministraÃ§Ã£o PÃ‡blica, alertando para os seus efeitos nefastos a todos os nÃveis da sociedade.

Na anÃ¡lise da reforma administrativa encetada pelo governo, os intervenientes denunciaram a desregulamentaÃ§Ã£o laboral e a retirada de direitos aos trabalhadores do sector, criticaram o desmantelamento de serviÃ§os e a desresponsabilizaÃ§Ã£o do Estado das suas funÃ§Ãµes sociais, condenando as medidas que atingem o poder local e regional, nomeadamente a desconcentraÃ§Ã£o de competÃªncias e a proposta de Lei das FinanÃ§as Locais que lhes retira parte importante das suas receitas.

Como salientou o presidente do STAL, Â«o debate nÃ£o pode limitar-se a meia dÃ©zia de gabinetes e de polÃ-ticos, pois a questÃ£o diz respeito aos trabalhadores, que estÃ£o a ser atacados e que devem ser ouvidosÂ».

Francisco Braz rejeitou a ideia de que as medidas anunciadas pelo executivo socialista visem a contenÃ§Ã£o da despesa pÃ‡blica, lembrando que Â«sÃ³ em pessoal contratado este governo jÃ¡ gastou mais de 30 milhÃµes de eurosÂ». O verdadeiro objectivo que se esconde por detÃ©rs deste discurso economicista Ã© Â«a destruiÃ§Ã£o de serviÃ§os pÃ‡blicos para os entregar a privadosÂ», observou.

Este dirigente do STAL condenou a campanha que tem sido movida contras as autarquias, notando que Â«o endividamento autÃ¡rquico Ã© de apenas trÃªs por cento do que se regista na AdministraÃ§Ã£o Central. AlÃ©m disso, mais de 30 por cento das suas verbas sÃ£o gastos em obras pÃ‡blicas, nÃ£o obstante o Governo lhes tenha retirado 110 milhÃµes de euros, que transferiu para as suas rubricasÂ».

Na conferÃªncia, que contou com mais de uma centena de participantes, estiveram os presidentes de CÃ¢mara Carlos Pinto SÃ¡ (Montemor-o-Novo), Fernando Seara (Sintra) e Maria EmÃlia de Sousa (Almada), o deputado do PCP, AbÃlio Fernandes, o economista, EugÃ©nio Rosa, o presidente da RegiÃ£o de Turismo da Costa Azul, EufrÃ¡zio Filipe, bem como tÃ©cnicos e especialistas com intervenÃ§Ã£o no poder local e regional, dirigentes e activistas do STAL e de diversas estruturas do movimento sindical unitÃ¡rios, designadamente o secretÃ¡rio-geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva.

Â

Â